

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Laura Arcanjo Ferreira

“Li-ber ...” :

Análise social da personagem João Paz no romance Incidente em Antares (1971)

TAUBATÉ-SP

2022

Laura Arcanjo Ferreira

“Li-ber ...” :

Análise social da personagem João Paz no romance Incidente em Antares (1971)

Monografia apresentada para a obtenção do certificado de graduação pelo curso de Letras do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Profa. Ma. Thais Travassos

UNITAU

Departamento de Ciências Sociais e Letras

**Taubaté-SP
2022**

“Li-ber ...” :

Análise social da personagem João Paz no romance Incidente em Antares (1971)

Monografia apresentada para a obtenção do certificado de graduação pelo curso de Letras do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Profa. Ma. Thais Travassos

Data: __/__/__

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

“[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”.

Antonio Candido

RESUMO

O contexto que marca a publicação do romance *Incidente em Antares* (1971), de Erico Verissimo, foi de fortes investimentos realizados pelo governo militar no controle e na censura às publicações que ferissem a “moralidade e os bons costumes” ou fossem vistas como subversivas ao regime vigente no país. Verissimo, como tantos outros artistas brasileiros, definia-se como humanista favorável à liberdade de expressão e militante contra qualquer tipo de regime totalitário. *Incidente em Antares* é uma síntese da vida e obra do autor, e sua preocupação com a crítica social contra as desigualdades, a violência e o totalitarismo reproduzido pelas classes dominantes. Utilizando do Realismo Fantástico, manifestou na obra seus ideais e fez denúncias ao autoritarismo, expondo a censura, a perseguição, a tortura, o exílio, e as mortes que eram infligidas àqueles que eram marginalizados pelo regime. Considerando o cenário político e o contexto de cerceamento das narrativas, seu papel foi fundamental ao influir na sociedade reflexões acerca da realidade, tornando-a mais crítica. A literatura, bem como as demais ferramentas utilizadas pelos pesquisadores, pode contextualizar fatos históricos, possibilitando o conhecimento da história. A atemporalidade da obra, possibilita que possamos tomar como referência a nossa realidade, fazendo uma leitura integral do romance. A personagem destacada nessa monografia é João Paz, retratado pelo romancista como militante de esquerda que foi perseguido e torturado pela polícia local que retorna a vida para salvar sua companheira e seu filho, bem como expô-la sua verdade, que estava sendo apagada da memória coletiva.

Palavras-chave: Erico Verissimo; Ditadura Civil-Militar; *Incidente em Antares*; Literatura social.

ABSTRACT

The context that marks the publication of the novel *Incident in Antares* (1971), by Erico Verissimo, was one of strong investments made by the military government in the control and censorship of publications that offended “morality and good customs” or were seen as subversive of the system in force in the country. Verissimo, like so many other Brazilian artists, defined himself as a humanist in favor of freedom of expression and a militant against any type of totalitarian regime. *Incident in Antares* is a synthesis of the author's life and work, and his concern with social criticism against inequalities, violence and totalitarianism reproduced by the dominant classes. Using Fantastic Realism, he expressed his ideals in the work and denounced authoritarianism, exposing censorship, persecution, torture, exile, and the deaths that were inflicted on those who were marginalized by the regime. Considering the political scenario and the context of restriction of narratives, its role was fundamental in influencing society's reflections about reality, making it more critical. Literature, as well as other tools used by researchers, can contextualize historical facts, enabling knowledge of history. The timelessness of the work allows us to take our reality as a reference, making an integral reading of the novel. The character highlighted in this monograph is João Paz, portrayed by the novelist as a leftist militant who was persecuted and tortured by the local police who returns to life to save his partner and son, as well as expose his truth, which was being erased from collective memory.

Keywords: Erico Verissimo; Civil-Military Dictatorship; Incident at Antares; Social literature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Lula discursa aos metalúrgicos.....	20
Figura 2: Esboço do centro da cidade de Antares.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1º CAPÍTULO	
1.1 Ditadura Civil-Militar Brasileira: breve histórico.....	13
1.2 Resistência e luta pela retomada da democracia.....	18
2º CAPÍTULO	
2.1 Literatura: perspectiva histórico-social.....	24
2.2 Sobre o papel da arte nos tempos sombrios.....	27
2.3 Ditadura Civil-Militar: e a literatura com isso?.....	30
3º CAPÍTULO	
3.1 Obra: texto e contexto.....	32
3.2 Análise da personagem João Paz em Incidente em Antares.....	36
CONSIDERAÇÕES	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

É 11 de dezembro de 1963. Greve geral em Antares. O fornecimento de luz é interrompido, os telefones não funcionam mais, os coveiros encostam as pás. Dois dias depois, uma sexta-feira 13, sete pessoas morrem – entre elas, d. Quitéria, matriarca da cidadezinha –. Insepultos e indignados, os defuntos resolvem agir: querem ser enterrados. Reunidos no coreto, decidem empestear com sua podridão o ar da cidade. Enquanto ninguém os enterra, porém, resolvem acertar as contas com os vivos e passam a bisbilhotar e infernizar a vida dos familiares.

Sinopse da obra pela editora Globo (2006).

O cenário brasileiro na década de 1960 foi marcado por um desgaste de ordem social, política e econômica. O “fantasma do comunismo” assombrava a elite política e econômica nacional que, em um golpe de Estado, com apoio e participação civil, levou os militares a destituírem o presidente João Goulart, tomando o poder e formalizando a Ditadura Civil-Militar, em primeiro de abril de 1964. Em 1969, Médici assumiu a presidência e conduziu os momentos mais autoritários do regime. A repressão, os exílios, torturas, prisões e desaparecimentos contra os opositores foram marcas desse período. Do mesmo modo, a indústria cultural brasileira enfrentou impedimentos após a tomada de poder dos militares, sofrendo censuras e graves perseguições pessoais, com a institucionalização do AI-5. Em contrapartida, foi um período em que se fortaleceram as manifestações artísticas de cunho crítico ao regime. Artistas consagrados brasileiros utilizaram de sua influência e engajamento político em suas obras, denunciando a realidade e crueldade da ditadura, sendo igualmente infligidos às atrocidades realizadas pelos órgãos de segurança do Estado. Os manifestos resultaram perseguições e censuras às suas produções, e grande parte deixou o país.

Antonio Candido destaca que na literatura é possível identificar a presença de elementos históricos que a relacionam com os valores da sociedade, de modo que tal gênero se relacione com as transformações histórico-sociais vivenciadas pela humanidade, estabelecendo uma conexão entre o mundo real e o imaginário, refletindo subjetivamente o meio em que estão inseridos o autor e a obra. Em seu ensaio “A literatura e a vida social” (2006, p.31), utilizado como referencial nesta monografia, ressalta que, para realizar uma leitura íntegra de uma obra, devemos compreender quais são essas influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais incorporadas na produção desta, considerando que as forças sociais condicionantes fundamentam o artista em maior ou menor grau,

“determinando a ocasião da obra ser produzida; em segundo, julgando a necessidade dela ser produzida; em terceiro, se vai ou não se tornar um bem coletivo” (NAPOLITANO, 2016).

Com isso, durante as duas décadas de regime os artistas e intelectuais se dispuseram a debater e construir um olhar crítico sobre os movimentos históricos no meio cultural, denunciando a repressão, torturas e as mortes, com o fim de construir um acervo com as memórias do regime militar brasileiro, que não pudesse ser manipulado. Para contornar a fiscalização, os autores buscavam trazer em suas obras um novo método de abordar o realismo fantástico.

Nossa intenção com essa monografia, é analisar a perspectiva social da obra *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo, publicada pela editora Globo em 1971, enquanto o regime militar estava em vigor. Em um quadro amplo, a obra faz referência a história, ao sistema político brasileiro e ao contexto em que foi publicada. Damos destaque a figura de João Paz, a personagem que simboliza concretamente os indivíduos que foram perseguidos, torturados e assassinados pelos agentes do Estado, como das camadas mais abastadas, que eram condizentes com a barbárie. A atemporalidade da obra, revela as convicções políticas do romancista.

1º CAPÍTULO

1.1 Ditadura Civil-Militar Brasileira: breve histórico

“Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas.”

Jango, 1964

O cenário brasileiro na década de 1960 foi marcado por um desgaste de ordem social, política e econômica. No campo da economia, o país apresentava complicações na aceleração inflacionária, indisciplina fiscal e deterioração do balanço de pagamentos que escalaram, conforme Sander (2004, p.54), após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, tendo em vista que seu programa de estabilização financeira entrou em colapso¹. Esse fator gerou uma desconfiança e preocupação dos setores militares e da alta burguesia, em transferir o Estado às mãos do seu vice, porque o interpretavam com um político com tendências ideológicas à esquerda, e tinham o receio de que esse implementasse o comunismo no país, um regime que estava em expansão por toda América Latina. Cabe ressaltar que o posicionamento político de Jango enquadra-se no que classificam como “centrismo”, e ele nunca se filiou a partidos ligados à esquerda. Todavi, solicitaram ao Congresso que impedisse João Goulart² de tomar posse. Por semanas, manifestações e greves pipocam no território nacional. De um lado, os favoráveis à posse do vice-presidente democraticamente eleito, e do outro a oposição que apontava como saída para o país a intervenção militar.

João Goulart, com apoio das camadas populares e estabelecendo alianças com o movimento sindical e setores nacional-reformistas, defendia o implemento das chamadas Reformas de Base. Entre as mais notórias e temidas pela elite, destacou-se a Reforma Agrária, a desapropriação e distribuição das propriedades de mais de 500 hectares, que objetivava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores rurais (SANDER, 2004, p.62). A seguir, apresentamos excertos do discurso proferido por Jango na Central do Brasil em 13 de março de 1964, no qual salienta a importância das Reformas de Base.

¹ Eleito em 1961, Jânio da Silva Quadros (1917-1992) assumiu a Presidência da República com significativa participação popular nas eleições. Entre as medidas adotadas pelo seu governo, destaca-se a reforma do regime cambial vigente, que objetivava a desvalorização da taxa de câmbio, a unificação do mercado cambial, o combate do desequilíbrio das contas externas e internas, a redução dos gastos do governo e controle da inflação, viabilizando as negociações com credores estrangeiros (ANTONIOLLI, 2010, p.11).

² João Belchior Marques Goulart (1919-1976), popularmente conhecido como Jango, foi um advogado e político brasileiro que atuou pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Seu segmento político despertou um desconforto em conservadores do Congresso, setores das forças armadas, Igreja Católica, proprietários rurais e elites do empresariado nacional e internacional (DELGADO, 2009, p.125).

[...] Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo e os interesses da Nação, que a ela cabe assegurar, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas. Graças à colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a SUPRA, graças a essa colaboração, meus patrícios espero que dentro de menos de 60 dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios aos lados das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação. E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhe dará um pedaço de terra para trabalhar, um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e sua família irão trabalhar para si próprios, porque até aqui eles trabalham para o dono da terra, a quem entregam, como aluguel, metade de sua produção. E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer reforma sem mexer a fundo na Constituição. [...] Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo. Como garantir o direito de propriedade autêntico, quando dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários? O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois, do que se fez em todos os países desenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e que haveremos de conquistar (GOULART, 2009, p.84-86)

Essas propostas, no entanto, não foram aprovadas pelo Congresso Nacional, que contava com maior parte de conservadores. Conforme relata Vianna (1990, p.175):

Como era de se esperar, essas Reformas Estruturais — que estavam não só formuladas criteriosamente mas em marcha para a concretização — uniram carnalmente toda a direita contra o governo João Goulart, dissolvendo suas distensões internas. [...] Estes acumularam um tal nível de apoio político e social, suficiente para desfechar o golpe e derrubar o governo Goulart em apenas dois dias, sem qualquer resistência de maior significado e sem nenhum tipo de enfrentamento militar.

Dessarte, os militares destituíram o presidente João Goulart, que exilou-se no Uruguai, tomaram o poder e formalizaram o golpe de Estado, em primeiro de abril de 1964. O “compromisso” dos generais era tirar o comando das mãos “inimigas” e reconduzir o governo ao povo, por meio de novas eleições, fato que não ocorreu. Silva (2018) alude a tomada de poder como desejada e apoiada pelo Estado e por ampla camada da população brasileira, que queriam botar fim à “ameaça comunista”, mas que acreditavam que seria um processo transitório. Desse modo, iniciou-se a

Ditadura Civil-Militar no Brasil, regime que perdurou 21 anos, no qual generais e comandantes das forças armadas atuaram como presidentes do Brasil.

O primeiro destes, e um dos idealizadores do regime, marechal Humberto de Alencar Castello Branco³, ficou à frente do governo entre os anos de 1964 e 1967. As suas ações iniciais como chefe de estado já denunciavam a forma como seria governado o país. Nos primeiros anos turbulentos, o país vivenciou um regime autoritário, repressão política, censura e cassação de mandatos. Opressão que foi se graduando conforme os militares da ala “linha dura”⁴ tomavam o poder. Em março de 1967, o principal líder desse setor, o general Arthur da Costa e Silva⁵, assume a presidência. O país assiste a um aumento no nível de repressão, visto que “[...] o governo militar tende a se tornar cada vez mais ditatorial. Nesse contexto é fortalecida a doutrina de segurança nacional, que tornava prioridade entre as forças armadas a luta contra a ameaça interna e não mais a defesa contra inimigos estrangeiros” (SMITH, 2000, p.41).

A Doutrina, originada nos Estados Unidos e adequada à realidade brasileira, tencionava enrijecer ainda mais o regime por meio dos Atos Institucionais. A AI-5, promulgada em dezembro de 1968, demonstra o caráter mais totalitário da Ditadura Civil-Militar brasileira ao fechar o Congresso Nacional, conferindo mais poder ao Chefe de Estado, e iniciar uma onda de repressão às manifestações e cidadãos contrários ao regime. Segundo Chiavenato (1994, p.77), o AI-5 ampliava os poderes do presidente, aumentando a repressão e a censura à imprensa, que qualquer oposição real seria impossível, uma vez que extinguiu as liberdades democráticas e garantias constitucionais.

Em 1969, Emílio Garrastazu Médici⁶ assumiu a presidência e protagonizou os momentos de maior tirania política aos opositores. Seu governo foi marcado pelo “[...] período mais duro da

³ Castello Branco (1897-1967) foi um dos articuladores da derrubada de Goulart e empreendeu, nos primeiros meses de governo, a reorganização econômica do país, pela implementação de reformas econômicas, e a desarticulação das entidades de esquerda, punindo as lideranças envolvidas no governo Goulart, apurando atividades consideradas subversivas. O governo Castelo procurou estabelecer apoio político, econômico e militar dos Estados Unidos (FGV, 2022). Ver mais em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>

⁴ Com a posse de Castello Branco, setores mais radicais do interior do Exército fixaram-se à direita do marechal. Esses eram favoráveis à prorrogação do prazo do mandato de Castelo para a execução das reformas pretendidas, implicando na suspensão das eleições diretas previstas para outubro de 1965, sendo por isso identificados como a “linha dura” do Exército (FGV, 2022). Ver mais em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>

⁵ Apesar das promessas feitas por Costa e Silva (1899-1969) ao tomar posse, de “governar para o povo” e “respeitar o Legislativo”, seu governo foi marcado por intensa agitação política, atos de torturas, prisões e mortes e foi responsável por promulgar o Ato Institucional nº 5 (AI-5) (FGV, 2022). Ver mais em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>

⁶ Assim como seu antecessor, Médici (1905-1985) iniciou seu mandato prometendo a redemocratização e a revogação dos atos institucionais. Entretanto, estabelecendo uma política voltada para o nacional desenvolvimentismo, o comandante manteve um estilo de governo forte e centralizado. No dia de sua posse, a nova Constituição entrou em vigor, firmando a continuidade da vigência do AI-5 (FGV, 2022). Ver mais: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>

repressão, contra a crescente oposição clandestina” (CHIAVENATO, 1994, p.78), uma vez que, sob o lema de “Segurança e Desenvolvimento”, os exílios, torturas, prisões e desaparecimentos de cidadãos tornaram-se recorrentes. Ainda em seu governo, o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), e o Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), atuaram extensivamente nas operações de retaliações realizadas pelo governo.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 1987, p. 43).

No setor econômico, Médici destacou-se pelo “milagre econômico”, período em que o Brasil registrou elevados índices de crescimento e consumo. Pelo suporte de empréstimos estrangeiros, o governo investiu recursos financeiros em infraestrutura. A propaganda oficial do governo, veementemente trabalhada pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), elaborou campanhas que manifestaram o sentimento de entusiasmo que parcela da sociedade vivia, como exemplo, “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Contudo, esse fenômeno teve um alto custo social e econômico para as camadas mais populares do país, devido ao aumento da concentração de renda e dívidas externas. A desigualdade social foi acentuada neste período.

Tais demandas ficaram mais evidentes no governo de Ernesto Geisel⁷, que herdou uma nova recessão econômica e uma crise político-militar no país, tratando-se das discordâncias entre os próprios comandantes às ideias de redemocratização do país. O regime estava frágil e as esperanças no fim da ditadura eram expressivas. Em 1978, o general Geisel anula o AI-5, restaurando o *habeas corpus*, que, somado à lei da anistia, revogada por João Batista de Oliveira Figueiredo⁸, permitiu o retorno de exilados ao país (SILVA, 2018, p.34). Entretanto, essas condições garantiam aos agentes de repressão, responsáveis por tortura, morte e desaparecimentos de centenas de presos políticos, segurança e isenção nos julgamentos oficiais.

⁷ O governo de Geisel (1907-1996) marcou a transição para o processo democrático. Décadas depois, em entrevistas, o ex-presidente relatou que assumiu o governo com a disposição de revogar os atos institucionais até o final de seu mandato (FGV, 2022). Ver mais: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>

⁸ Figueiredo (1918-1999) tomou posse em 15 de março de 1979 perante o Congresso, reafirmando seu propósito de “fazer desse país uma democracia” (FGV, 2022). Ver mais: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo>

Com isso o presidente não poderia mais decretar o fechamento do congresso e nem cassar mandatos ou suspender os direitos políticos dos cidadãos. O habeas corpus voltou a ter validade e acabou a censura à imprensa. Durante muitos anos sem direito de voz, nos dolorosos períodos dos “anos de chumbo” os movimentos sindicais começaram a ressurgir no final do governo de Geisel, que vai até 15 de março de 1979 (SANTOS, s/d, p.7).

Com Figueiredo, decorreu o retorno, reformulação e criação de novos partidos políticos, como o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento pelo Brasil (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em passos apressados, a mobilização popular, em grande parte dos estados e cidades brasileiras, entre os anos de 1983 a 1985, exigia mudanças no cenário eleitoral brasileiro. O movimento conhecido como “Diretas já” reivindicava eleições presidenciais diretas no Brasil. Conforme Santos,

As diretas mostram a unidade por um propósito maior, ficando evidente a certeza da vitória, porque é visto desde muito tempo de que, quando em qualquer nação, ou povo, sente que eles não estão mais inseridos no contexto ao qual um dia eles fizeram parte ou desejam fazer parte na mudança, seja na esfera econômica, social ou política, eles saem às ruas, manifestam-se, revoltam-se (SANTOS, s/d, p.11).

O início do fim ocorreu em 15 de janeiro de 1985, quando o colegiado eleitoral elegeu Tancredo Neves, do PMDB, para a Presidência da República, cargo que foi assumido pelo seu vice, José Sarney, colocando ponto final ao governo dos generais presidentes no Brasil⁹. O povo brasileiro só se apropriou do seu direito de votar em 1989, quando elegeu Fernando Collor de Mello em eleições democráticas, como presidente da nação brasileira.

⁹ Tancredo (1910-1985) faleceu em 21 de abril sem empossar o cargo de presidente da República. Seu vice, Sarney, assumiu o cargo anunciando que seu governo seria “o governo de Tancredo”. Suas prioridades governamentais eram a redemocratização nacional e o fim da crise econômica herdada pelo último governo militar (FGV, 2022). Ver mais em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tancredo-de-almeida-neves>

1.2 Resistência e luta pela retomada da democracia

“(...) E que eu por ti, se torturado for,
 possa feliz, indiferente à dor,
 morrer sorrindo a murmurar teu nome.”
 Marighella, 1939.¹⁰

O quadro brasileiro, instaurado com o golpe cívico-militar em 1964, foi se agravando, conforme os discursos de combate a ele se intensificaram. Movimentos estudantis, ligas camponesas, agremiações operárias, a classe artista e a sociedade civil contestavam a postura dos militares e se colocavam como resistência ao governo. Durante os 21 anos em que o regime esteve em vigor, os opositores denunciavam a realidade cruel da ditadura por meio de manifestações, greves e enfrentamentos físicos aos militares, resultando em exílios, perseguições, censuras às suas obras, torturas e até mesmo a morte, com a constitucionalização do AI-5.

As respostas dos militares foram constantes e violentas e a luta armada foi vista por uma parcela da esquerda radical como a principal forma de resistência a se seguir. Um dos principais nomes, Carlos Marighella¹¹, retornou de Cuba com a convicção de que a guerrilha era a única possibilidade de atingir o objetivo de derrubar o regime vigente e entregar às mãos do povo a máquina estatal. A Revolução Cubana¹² concentrou uma forte influência a esses ideais, devido ao seu exemplo de resistência. Políticos e militantes de esquerdas que integravam à luta armada deram origem a diferentes grupos comunistas, como a Ação Liberdade Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolução (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros. De acordo com Sales (2009, p. 207), “ainda em Cuba, Marighella continuava a dar mostras de sua

¹⁰ Poema escrito em 1939, enquanto estava preso. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1939/mes/liberdade.htm>

¹¹ Político, guerrilheiro e escritor, Carlos Marighella (1911-1969) foi um dos principais líderes da resistência contra o regime militar e chegou a ser nomeado o inimigo número um da ditadura, sendo perseguido, preso e torturado enquanto prisioneiro. Militante por 33 anos no Partido Comunista e fundador do movimento armado Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi morto a tiros por agentes do Dops, em uma ação orquestrada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Sua vida e morte marcou a história da resistência armada urbana à ditadura. Ver mais em:
<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/>

¹² Conduzida por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, líderes da guerrilha, a revolução armada e de cunho nacionalista foi responsável por derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, que estava em vigência no país desde 1952. O novo governo pretendia libertar o país das dependências e abusos econômicos dos Estados Unidos, que acabaram por romper as relações com Cuba, e resultou na aliança destes com a União Soviética.

aproximação das ideias foquistas, sobretudo do pressuposto de que seria possível, após a eclosão da luta guerrilheira, expandir as forças revolucionárias até chegar ao poder”.

Durante esse período da luta armada, diversos acontecimentos foram marcantes, ao exemplo do sequestro do embaixador americano em 1969, o qual foi trocado por alguns prisioneiros. Essa tinha sido a forma encontrada por esses grupos políticos para conseguir a libertação dos presos políticos. [...] Decisões tomadas por esses grupos políticos custaram um preço alto, inúmeros militantes de esquerda foram torturados e mortos pelo RM nesse período, que amparados no AI-5 promovia uma verdadeira barbárie aos que ousavam se opor a eles. Conseqüentemente houve um enfraquecimento dos grupos de guerrilhas. Após a morte de Carlos Marighella, em 1969, quem assumiu o comando da luta armada foi Joaquim Câmara Ferreira, que com os grupos de guerrilheiros já esfacelados, foi preso, torturado e morto em 1970 (LUNGUINHO, 2019, p.25).

Fora do combate armado, as lutas pacíficas conduziram a importantes conquistas e também tiveram acesso às truculências cometidas pelos órgãos repressores do governo. Não cabe em uma monografia contemplar todos os movimentos que ocorreram nesse período, portanto, iremos destacar alguns que tiveram maior alcance na cobertura midiática nacional e internacional e atingiram feitos que colocaram à prova a fortaleza do Estado como resistências às atrocidades cometidas por esse. Esses manifestantes receberam apoios de importantes instituições, como o da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se posicionava contra determinadas ações governamentais e acobertava refugiados e fugitivos que combatiam a ditadura.

Cansados de tantas perseguições e retaliações, mulheres, negros, índios, estudantes, camponeses, idosos, operários e intelectuais começaram a se manifestar e os anos de 1970 a 1980 ficaram marcados pelas grandes manifestações de resistência do povo brasileiro. Via-se, por meio das passeatas, protestos, música, peças teatrais e pela arte literária, críticas ao regime e o anseio do seu fim. Isso se deu porque a crise econômica voltava ao país, unida a um descontentamento do povo com a forma pela qual os generais presidentes vinham comandando o povo brasileiro (SILVA, 2018, p.31).

Conforme Antunes (1991), o sindicalismo brasileiro vivenciou neste período a ascensão das lutas sociais do trabalho. A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) permitiu o avanço da sindicalização rural e do setor público, viabilizando a organização de greves em massa. A greve geral ocorrida no ABC Paulista entre 1978-1980, liderada pelo sindicalista e metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva¹³, foi a mostra da capacidade de resistência do povo às perseguições da Ditadura Civil-

¹³ Em seu segundo mandato como presidente do sindicato e à frente do movimento, Lula negociou com os empresários e o governo, resistiu juntamente com 200 mil operários, foi preso e condenado em primeira instância, mas absolvido pelo Superior Tribunal Militar (STM) (FGV, 2022). Ver mais em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>

Militar. Em torno de 200 mil trabalhadores participaram do movimento que paralisou a produção industrial da região. Os trabalhadores receberam apoio da Igreja Católica, de entidades civis e de artistas famosos. A resposta do Estado veio em forma de tropa de choque, cavalaria e cães policiais para intimidar os operários. Nesse episódio, Lula proferiu: "Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores"¹⁴.

"Por essa luta eu não retrocedo
Pra ver toda a mocidade
Com os frutos da liberdade
Escorrendo de entre os dedos
Que é pra enterrar de uma vez seus medos
Vamos trabalhar sem fazer alarde
Pra pisar com força o chão da cidade
A vida não tem segredo
Quem sentado espera a morte é covarde"
"Canto do Trabalhador"

Autores: João Nogueira e Paulo César Pinheiro

Intérprete: João Nogueira

Ano de lançamento: 1979

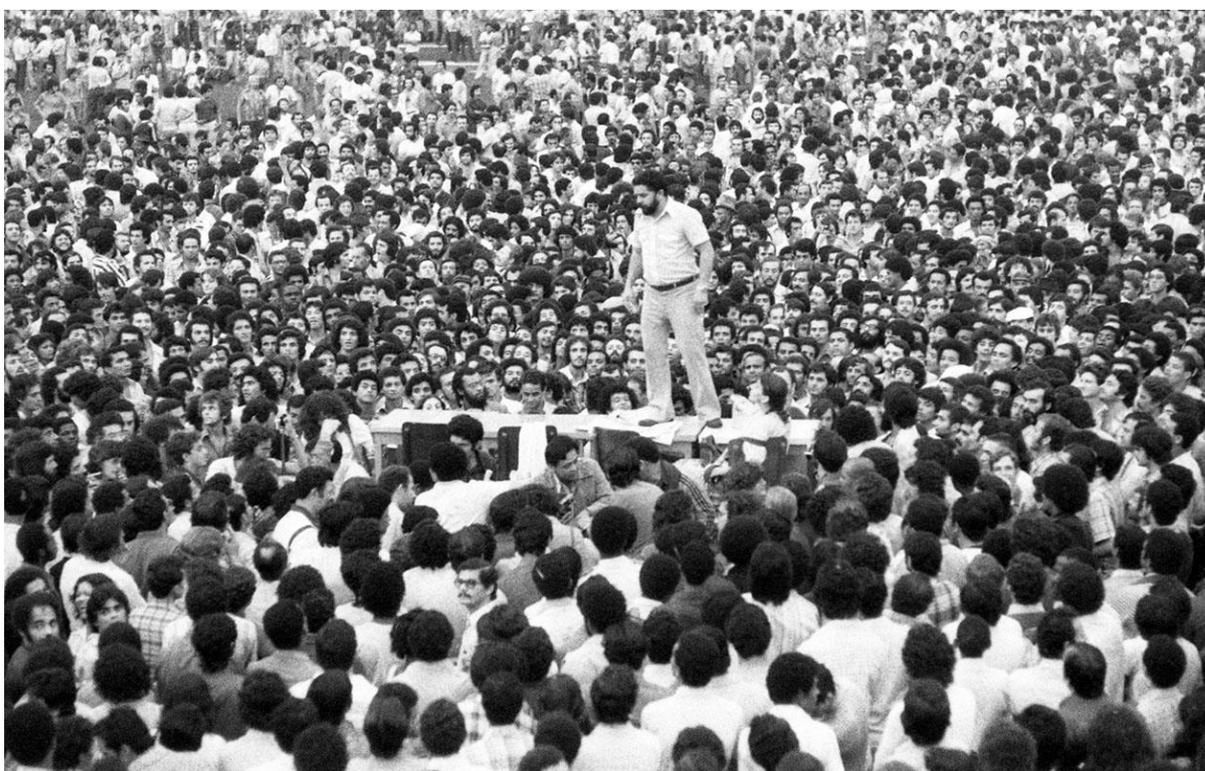


Figura 1: Lula discursa aos metalúrgicos de cima de uma mesa no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, em assembleia que decidiu pelo início da greve.

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>

¹⁴Ver mais em:

<https://cnmcut.org.br/noticias/a-greve-de-marco-de-1979-que-ninguem-nunca-mais-ouse-duvidar-da-capacidade-de-luta-dos-trabalhadores-dbc8>

É imprescindível destacar, igualmente, a luta do Movimento Estudantil que, no campo educacional, reclamava em passeatas, comícios e grandes manifestações públicas, melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como o aumento de verbas destinadas às universidades. No decorrer de 1960, muitos professores universitários foram exilados ou tiveram sua aposentadoria forçada, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criminalizada e o movimento perseguido pelos agentes da repressão como o DOPS. Segundo Motta, “[...] as universidades se tornaram centros importantes de mobilização esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos, manifestações das mais diversas” (MOTTA, 2014, p. 16). O principal esforço do movimento neste período foi a Reforma Universitária e o fim dos Acordos MEC-USAID e da Lei nº 4464 - Lei Suplicy de Lacerda, que tendia o fim da autonomia universitária ao transformar a universidade em instituições particulares, extinguir os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e a substituição da UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE).

Os acordos MEC-USAID objetivavam enquadrar o ensino superior brasileiro nos moldes norte americanos. A educação orientada conforme os Acordos visava instituir uma visão tecnicista e liberal da educação onde esta seria concebida somente enquanto formadora de trabalhadores. A educação enquanto emancipação e para a compreensão da história humana não teria espaço na política destes Acordos, pois a escola e a universidade teriam como tarefa a formação de quadros para a indústria (SANTOS, 2009, p.105).

A repressão aos movimentos se intensificou entre 1966 e 1968. Episódios como o “Setembrada”, o “Massacre da Praia Vermelha”¹⁵ e a morte do estudante secundarista Edson Luís, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro¹⁶, surtiu inúmeras manifestações estudantis e populares, como a “Passeata dos Cem Mil”¹⁷ que reuniu estudantes, artistas, intelectuais e a população em geral.

Igualmente, a produção cultural brasileira enfrentou impasses após a tomada de poder dos militares, sofrendo censuras e graves perseguições pessoais. Contudo, também foi um período em que

¹⁵ Em setembro de 1966, milhares de estudantes universitários e secundaristas foram às ruas protestar contra o regime e sua política educacional. Centenas de estudantes foram presos.

¹⁶ Durante a madrugada, policiais militares derrubaram o portão da Faculdade Nacional de Medicina (atual UFRJ), na Praia Vermelha, e invadiram o prédio onde estavam cercados desde a véspera cerca de 600 estudantes. Concentrados no terceiro andar, os jovens foram obrigados a atravessar um corredor polonês e espancados indiscriminadamente até a saída da faculdade. Foi o primeiro grande confronto entre forças da repressão e estudantes depois do golpe de 1964 e ficou conhecido como Massacre da Praia Vermelha. Ver mais: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pm-comanda-o-massacre-da-praia-vermelha>

¹⁷ Na manhã do dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil manifestantes, entre eles estudantes, artistas, religiosos e intelectuais, se concentraram nas ruas do centro do Rio de Janeiro, ocupando toda a avenida Rio Branco. O ato foi a maior manifestação de protesto desde o golpe. Os manifestantes caminharam gritando slogans como “Abaixo a ditadura”, “O povo organizado derruba a ditadura”, “Só povo armado derruba a ditadura”. Ver mais: <http://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afrenta-a-ditadura>

se fortaleceram as manifestações artísticas de cunho crítico ao regime. Cantores, compositores, pintores, atores e escritores utilizaram de sua influência e engajamento político em suas obras, denunciando a realidade e crueldade da ditadura. A MPB, o samba e o rock foram importantes meios de difusão de um discurso revestido de críticas, em suas composições elaboradas, sendo referências para a resistência cultural ao *status quo*. Entre as ferramentas, destaca-se o

“[...]uso de figuras de linguagem, metáforas, invenção de palavras, inserção de palavras, inserção de barulhos como buzinas, batidas de carros, dentre outros, ou a supressão total da melodia no momento em que deveria aparecer a frase ou palavra censurada eram largamente utilizados por aqueles que estavam preocupados em transmitir sua mensagem para o público, mesmo de forma sutil” (CAROCHA, 2006, p.191).

Do mesmo modo, essa classe não foi poupada das atrocidades realizadas pelo Estado. Os manifestos culminaram em exílios, perseguições e censuras às suas produções. Essa parcela, em sua maioria, deixou o país espontaneamente, compreendendo que só poderiam lutar contra o regime estando fora dele, uma vez que estavam destinados a serem presos. Foi o caso do cantor e compositor carioca, Milton Nascimento¹⁸. Milton foi considerado subversivo e foi preso pelas forças armadas já em 1964, cumprindo seis meses de prisão domiciliar. Suas composições foram censuradas e tocadas apenas em melodias. Entendendo as dificuldades que o impediriam de realizar seu trabalho no Brasil, exilou-se em Paris, Canadá, Estados Unidos e Venezuela. Ao retornar em 1973, passou a fazer shows nos DCE's de universidades. A música “Coração de Estudante”, faz referência a morte do estudante Edson de Lima¹⁹ em 1968, citada anteriormente. A música se tornou marco de esperança daqueles que lutaram pela alavancada da democracia no país.

Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos

¹⁸ Milton Nascimento (26 de outubro de 1942) cantor, compositor, multi-instrumentista e militante, reconhecido e premiado mundialmente por ser um dos mais influentes e talentosos músicos da do MPB.

¹⁹ Estudante secundarista que foi assassinado por policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968, durante uma manifestação estudantil. Edson tinha 18 anos e era um dos 300 estudantes que jantavam no local. Os estudantes conseguiram resgatar seu corpo e o carregaram em passeata pelo centro do Rio até as escadarias da Assembleia Legislativa, na Cinelândia, onde foi velado. Por sua morte, foram mobilizados protestos em todo o país. <https://memoriasdeditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-luis-de-lima-souto/>

Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor, ôou
Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Soooooonho
Espalhados no caminho
Verdes, planta e sentimento
Folhas, coração
Juventude e fé

Autor/intérprete: Milton Nascimento

Ano de lançamento: 1983

Desse modo, podemos afirmar que, assim como a luta armada, a luta pacífica teve um enfrentamento importante às imposições do governo militar e foram igualmente reprimidas. Cada qual com sua força, lutavam pelo mesmo propósito: liberdade. A seguir, abordaremos como os reflexos da ditadura atingiram os trabalhos dos escritores nos anos em que perdurou o regime militar no Brasil.

2º CAPÍTULO

2.1 Literatura: perspectiva histórico-social

“Nenhum escritor pode criar do nada. Mesmo quando ele não sabe, está usando experiências vividas, lidas ou ouvidas, e até mesmo pressentidas por uma espécie de sexto sentido.”

Erico Veríssimo

Segundo Borges (2010), a literatura engloba mecanismos de produção que torna possível identificar em uma obra literária a presença de elementos históricos que a relacionam com a sociedade, seus valores e dilemas, de modo que tal gênero converte-se em uma ferramenta de veiculação das representações culturais de um corpo social em uma determinada época. Trataremos esse aspecto com mais afinco.

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade que aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico (BORGES, 2010, p.01).

No decorrer dos séculos, as criações artísticas se relacionaram com as transformações histórico-sociais vivenciadas pela humanidade, estabelecendo uma conexão entre o mundo real e o imaginário, fortalecendo um elo entre essas instâncias, no qual uma recebe influência da outra neste processo. É natural concluir que todo tipo de produção artística, seja textual ou não, possui uma linguagem característica que transparece subjetivamente o meio em que estão inseridos o autor e a obra. Desse modo e conforme Candido (2000), podemos perceber que, levando em conta tais relações, a literatura pode ser considerada como uma forma de representação social e histórica, convertendo-se em um esboço da sociedade na qual ela foi construída.

Todorov (2010) corrobora que a literatura não surge do vazio, mas no centro de um conjunto de discursos vivos. Partindo desse pressuposto, esse tipo de produção literária é capaz de despertar outro olhar para uma literatura comprometida com a sua função social. O produtor recebe a influência do seu meio social e do momento histórico que vivencia, que criam marcas que afetam o seu modo de ver e reproduzir o mundo, entendendo que este que absorve ou extrai o que julga lhe ser pertinente. Assim, mais que o conteúdo estético, cabe ao leitor dissecar o que a obra traz em suas entrelinhas, levando em consideração o autor, o espaço e o tempo, enquanto lê ou analisa uma obra literária.

Quanto à função do leitor, Candido (2006, p. 31) destaca em seu ensaio “A literatura e a vida social” (2006, p.31), que o primeiro passo para realizar uma leitura íntegra é compreender quais são essas as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais - entre esses a estrutura social, os valores e ideologias, às técnicas de comunicação -, incorporadas na produção da obra, tendo em vista que a frequência em que estes três grupos aparecem variam conforme os enfoques considerados no processo de criação artístico. Considera-se que as “forças sociais condicionantes” guiam o artista em grau maior ou menor. Em primeiro lugar, “determinando a ocasião da obra ser produzida; em segundo, julgando a necessidade de ela ser produzida; em terceiro, se vai ou não se tornar um bem coletivo” (CANDIDO, 2006, p. 31).

Candido (2000) reitera que, quando analisamos esteticamente uma obra, a influência das camadas sociais é determinante sobre os grupos artísticos e intelectuais, além disso, é necessário ponderar que esta análise deve estabelecer conexões, por exemplo, com o contexto, isto é, a realidade social que a obra fez em seu momento de criação. O que é denominado pelo autor como “redução estrutural da realidade” (CANDIDO, 2000, p.1). Destarte, inferimos que uma obra não é produzida a partir do vazio, uma vez que o produtor recebe inspiração do seu meio. Para Borges (2010), a literatura não é produzida sem contato com a sociedade, a cultura e a história. Esses componentes se relacionam. Assim, “[...] à medida que remontamos na história temos a impressão duma presença cada vez maior do coletivo nas obras; e é certo, como já sabemos, que forças sociais condicionantes guiam o artista em grau maior ou menor.” (CANDIDO, 2006, p. 34).

A leitura integral de uma obra vai além de folhear páginas e decodificar palavras, pois permite ao leitor percorrer lugares, conhecer culturas e as transformações sociais no decorrer dos séculos. O autor da obra se conecta com seus leitores por meio dessa relação estabelecida. Por isso,

A obra, por sua vez, vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contato indispensável. Assim, à série autor-público-obra, junta-se outra: autor-obra-público. Mas o autor, do seu lado, é intermediário entre a obra, que criou, e o público, a que se dirige; é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra autor-público (CANDIDO, 2006, p.47).

A criação literária envolve também a interpretação da realidade. Sendo assim, como leitores, é comum termos a ilusão de que o autor apresenta na obra a representação legítima da realidade, quando na verdade essa representação é a ilustração do que o autor visualiza de seu meio. Nessa relação autor-obra-público, é possível encontrarmos as mais variadas formas de interpretação, uma vez que o leitor reconhece e estabelece aspectos que se assemelham com a forma que ele encara a sua

realidade. O diálogo que um texto estabelece com a realidade, depende puramente do artista e da sua posição social, o contexto em que foi produzido, que determinam a sua produção.

2.2 Sobre o papel da arte nos tempos sombrios

As obras devem ser percebidas como um feixe de contradições dotadas de um sentido político e ideológico que nem sempre é redutível às intenções dos seus criadores ou aos discursos críticos que ajudam a construir suas camadas de sentido ao longo da história.

Napolitano, 2011.

Como abordamos previamente, a produção artística no Brasil, durante o período militar, teve um papel relevante de resistência ao regime, tornando o espaço cultural brasileiro uma arena na luta contra a censura na intenção de sobreviver ao fascismo. A liberdade de expressão converteu-se no calcanhar de Aquiles do governo, considerando que a maior parte da classe artística e intelectual eram ligados à esquerda e contrários ao regime. Marcos Napolitano (2014, p.91-92), manifesta como os artistas e intelectuais se dispuseram a debater e construir um olhar crítico sobre os movimentos históricos do meio cultural, das universidades, das fábricas, da guerrilha, denunciando a repressão, torturas e as mortes, com o fim de produzir um acervo com as memórias do regime militar brasileiro.

Contudo, ao afrontar a indústria cultural, os militares afetaram a principal fonte de apoio de seu governo: a classe média, uma forte consumidora desse mercado. O receio de estar atrelado a um movimento anticultural, fez com que os militares investissem em políticas de incentivo à produção cultural do país, o que beneficiou uma parcela do meio artístico.

No âmbito de suas atribuições, ou seja, estabelecer um plano de ação governamental na esfera da cultura, o CFC²⁰ propôs a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura. O objetivo principal era o de que cada estado e cada município estabelecessem locais onde fossem reunidos arquivos, bibliotecas, galerias de arte e outros elementos, de acordo com a realidade local (Rodrigues, 1996: 23). Vale ressaltar que as noções que orientavam as proposições do CFC eram as de “tradição” e de “defesa” da cultura nacional, identificada com elementos do passado. Assim, privilegiavam-se ações de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural (museus, folclore, arquivos, obras de arte) (FERNANDES, 2013, p.183).

Entretanto, por trás dessa politicagem, predominava um forte mecanismo de controle montado pelo próprio governo. A intervenção cultural já estava presente no início do golpe, tendo a repressão escalado principalmente entre os anos de 1969 e 1978. Muitos programas, produções cinematográficas, peças teatrais, músicas, transmitidos pelos veículos de comunicação como rádio,

²⁰ Conselho Federal de Cultura.

televisão e jornais, foram censurados ou suspensos. A máquina estatal tinha controle completo de qualquer produção cultural desse período. Qualquer artista e intelectual que se manifestasse publicamente contrário ao governo, era perseguido e “convidado” a se retirar do país, e no pior cenário era torturado e morto pelas mãos dos militares. Como evidencia Napolitano (2014, p. 92):

O tripé repressivo do regime era formado pela combinação de produção de informações, vigilância-repressão policial a cargo das Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), das inteligências militares e do sistema Codi/DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações e Informações) e censura, a cargo da Divisão e Serviços de Censura às Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (DPF/DCDP) e do Gabinete do Ministério da Justiça, especificamente no caso do controle da imprensa. As três pontas atuaram sobre a área cultural, produzindo suspeitas e impondo silêncio sobre certos temas e abordagens.

Os artistas, bem como a imprensa nacional, estavam fragilizados pois, aqueles que eram considerados subversivos ou alinhados aos ideais de esquerda, tiveram a sua liberdade de produzir e trabalhar suprimidos. Assim como Milton Nascimento, abordado anteriormente, centenas de músicos e artistas, se viram obrigados a exilar-se para não serem vítimas dos órgãos de vigilância do estado, como o caso do Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, o cineasta Glauber Rocha, o jornalista Carlos Heitor Cony, o arquiteto e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Oscar Niemeyer, entre outros.

Mas a luta não cessava. Em 1968 nasceu o movimento musical Tropicália, que agrupava grandes nomes da indústria musical e de outros meios artísticos, como o teatro, o cinema e as artes visuais. O movimento foi aclamado pela sociedade e suas canções, com letras que abordavam uma nova perspectiva do Brasil daquele momento, fizeram sucesso nas rádios, mudando o cenário musical e cultural brasileiro. De acordo com Napolitano (2014), a proposta de olhar o país sob um novo prisma era guiado por questões que eram latentes, como racismo, desigualdade e a violência, e qual deveria ser o papel da classe artística frente à realidade.

Qual a função social da arte num país subdesenvolvido? Como conciliar forma e conteúdo na obra politicamente comprometida? Como a cultura engajada deve ocupar a mídia? Qual o estatuto sociológico e cultural que deve definir o “povo”, interlocutor idealizado do artista e do intelectual de esquerda? Quais os limites entre “povo” como categoria política e “público” como categoria mercadológica? (NAPOLITANO, 2014, p. 98-99).

A arte foi uma arma contra a Ditadura Civil-Militar. Os artistas lutaram bravamente contra a censura e a repressão e foram capazes de produzir uma narrativa genuína dos eventos sombrios que permearam durante esses 21 anos de regime. Conforme Lunguinho (2019, p.30) “Narrar um passado e seus contornos tortuosos deixa a literatura em um espaço privilegiado, levando aos leitores o trauma de uma democracia em ruínas e a transformação social do país, sem compromisso com a historiografia, mesmo comprometida com o momento histórico”. A simbiose ficção e memorialismo marcou uma nova forma de produzir literatura, música e teatro no Brasil. A literatura ampliou seu espaço, consolidando-se um importante instrumento de informação, ainda que possua contornos imaginários, retratando a realidade brasileira e enriquecendo a memória nacional.

2.3 Ditadura Civil-Militar: e a literatura com isso?

- Mas isso é literatura e não sociologia!
exclamou o Prof. Libindo.
- E literatura barata.
acrescentou Lucas.
- Estilo indigente.
– E demagógico
disse o Dr. Paiva.
(Veríssimo, 2006, p.96)

O caráter social da literatura, com narrativas que misturam realidade e ficção, são fontes tão importantes quando estudamos esse período, quanto folhear páginas dos jornais de época. Esses autores revisaram em suas obras temas ligados ao nacionalismo, ao papel histórico da ideologia liberal no Brasil, bem como tratamos anteriormente, nelas são incutidas as memórias, valores e traços do contexto em que foi produzida, retratando uma sociedade fragilizada que aspirava o retorno da democracia e a estabilidade do país. A literatura é, historicamente, a área de atuação do intelectual engajado em debates de questões sociais e políticas que redige nos ensaios, crônicas, contos ou romances, ideias reflexivas sobre as relações sociais e políticas intensificadas pela experiência autoritária. E, assim como outras artes, teve relevante papel na luta contra o fascismo, ficando marcada na produção historiográfica do Brasil.

A memória da ditadura militar brasileira se impõe como um problema fundamental para a crítica literária. Em um país em que as heranças conservadoras são monumentais, e as dificuldades para esclarecer o passado são consolidadas e reforçadas, o papel dos escritores, cineastas, músicos, artistas plásticos, atores e dançarinos pode corresponder a uma necessidade histórica. Enquanto instituições e arquivos ainda encerram mistérios fundamentais sobre o passado recente, o pensamento criativo pode procurar modos de mediar o contato da sociedade consigo mesma, trazendo consciência responsável do que ocorreu (GINZBURG, 2009, p. 199).

Conforme Lunguinho (2019), o cunho social e político das obras literárias colocou os escritores na mira do governo, sendo taxados como comunistas e subversivos, foram perseguidos e tiveram suas obras proibidas de serem publicadas sem aprovação dos militares. Muitos foram “convidados” a se retirar do país ou saíram fugidos com receio de sofrer retaliações, Caio Fernando Abreu, Ana Maria Machado, Lygia Fagundes, Érico Veríssimo, entre outros, são exemplos desses.

Como foi citado, apesar do forte investimento dos militares em fiscalizar e controlar a circulação de obras que julgavam subversivas, a censura não impediu a produção cultural brasileira. Mesmo diante da realidade, vivendo em tempos de um cenário político e social instável e correndo os riscos de sofrerem com a barbárie que os órgãos de regulamentação do governo infringiram aos ditos “inimigos” do regime, um número significativo de obras literárias foi produzido enquanto o regime militar estava em curso. Essas produções são registros das memórias vivas que ainda marcam a geração que vivenciou um momento histórico.

Durante as duas décadas, os literatos utilizaram suas obras para retratar a temática do regime, seja direta ou indiretamente, de modo que esse tema se tornou recorrente na ficção brasileira contemporânea e no romance-reportagem. Para contornar a fiscalização, os autores buscavam trazer em suas obras um novo método de abordar o realismo. É perceptível na composição das obras literárias a influência de outras linguagens, vindas do jornalismo, da dramaturgia, da novela ou do cinema. Santiago (2017) ressalta que emergiu uma estética que compõe técnicas do texto moderno e do memorialismo, mesclando a ficção com contornos históricos, sendo capazes de despertar no leitor sentimento de identificação e compaixão, visto que a conjuntura sócio-político-cultural permite ao leitor adentrar-se na época retratada, compreendendo que ela assume simultaneamente o registro histórico, a preservação da memória nacional, como a ficcionalização dos episódios do passado. Essa é a capacidade da literatura manifestar a história sem perder sua essência de arte.

A literatura, até mesmo pela possibilidade do emprego de recursos formais diferenciados, como por exemplo o “deslocamento do foco narrativo e a suspensão da linearidade temporal”, e pela utilização de procedimentos discursivos específicos, tem se mostrado particularmente frutífera do ponto de vista analítico para a elaboração de representações mais complexas e multifacetadas de experiências vividas sob governos autoritários – a exemplo do regime inaugurado com o golpe de 1964 (PERLATTO, 2017, p.727).

Compreendemos, assim, que a função da literatura também pode ser dar voz àqueles que vivenciaram traumas dos anos de chumbo, resistir ao apagamento da memória e ser força para a luta contra a censura, a tortura e a violência que eram institucionalizadas e massivas. Esse continua sendo o papel das artes em tempos instáveis: levar ao público e a história a realidade social-política-cultural de uma perspectiva de quem esteve na retaguarda. A literatura dos anos 60 a 80, narrativas que mesclam as memórias coletivas e individuais, “[...] além de ser apenas militante, tornou-se uma expressão de liberdade, em meio a tanta censura que a classe artística enfrentava. Imbuído desse sentimento de resistência” (LUNGUINHO, 2019, p.34).

3º CAPÍTULO

Obra: texto e contexto

Neste romance as personagens e localidades imaginárias aparecem disfarçadas sob nomes fictícios, ao passo que as pessoas e os lugares que na realidade existem ou existiram, são designados pelos seus nomes verdadeiros.

Nota do autor.

Incidente em Antares (1971) foi o último romance escrito por Erico Veríssimo²¹. A obra, produzida após o golpe cívico militar de 1964, combina componentes fantásticos com elementos históricos e abordagem política que, mesmo sendo escrita a meio século, dialoga com os temas atuais. O romance, ironicamente, não foi concebido no Brasil. O livro foi inspirado inicialmente em uma greve de coveiros em 1969, na cidade de Nova York, que Veríssimo teve conhecimento por meio de uma revista. A fotografia mostrava doze caixões não enterrados, e o projeto do romancista seria interpretar o fato, colocando os falecidos em greve da mesma forma. A ideia foi se lapidando enquanto o autor residia nos Estados Unidos em 1970. Sua mudança para o exterior foi decorrente, como o próprio relatou, das relações do Brasil com o nazifascismo e as dificuldades de viver sob regime do Estado Novo (VERISSIMO, 2005, p.79). Nesse período, Erico Veríssimo, bem como outros escritores e artistas, colocou-se em oposição ao regime, e foi resistente à censura prévia. Incidente em Antares tornou-se rapidamente um sucesso de vendas²².

Em um quadro amplo, a obra faz referência a história, ao sistema político brasileiro e ao contexto em que foi publicada que, representada nas ações dos líderes locais, expõe o autoritarismo incompatível com as conquistas da democracia das gerações passadas. A atemporalidade da obra, revela também as convicções políticas de Erico Veríssimo. O romance apresenta uma estrutura formada por duas partes que se relacionam.

A primeira é intitulada “Antares” e apresenta a cidade fictícia do mesmo nome, município localizado à margem do Rio Uruguai, sendo retratada com ares sulistas. A história da cidade alude a história das classes dominantes, sua construção, cuja violência física e ideológica, é praticada contra os oprimidos, demonstra a tradição patriarcal na qual os poderosos senhores de terra imperam,

²¹ Entre os maiores nomes da literatura brasileira, o romancista e militante, Erico Veríssimo, filho de Sebastião Veríssimo da Fonseca e Abegahy Lopes Verissimo, nasceu em Cruz Alta-RS, em 17 de dezembro de 1905, e faleceu na capital gaúcha em 29 de novembro de 1975. Conquistou diversos prêmios por sua obra literária, como o Jabuti (1966), o Juca Pato (1967), o do PEN Clube (1972) e o da Fundação Moinho Santista (1973). <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=01492>

²² José Otávio Bertaso afirmou que o livro obteve um total de 30.000 (trinta mil) cópias vendidas em 1971 pela Editora Globo de Porto Alegre (MULLER, 2021, p.17).

consolidando a desigualdade social da cidade, evidenciada principalmente na Favela Babilônia. Os “mortos-vivos” se encontram diariamente no coreto da cidade onde denunciam situações políticas como a corrupção e a violência policial local. De forma cômica, os cidadãos de Antares negam os fatos, como a existência das favelas, o patriarcado e a violência institucionalizada.

A cidade mesma poderia ser uma “personagem”. Feioca mas com uma certa graça antiga e missioneira. Seu forte, na minha opinião, são os telhados de telha colonial, cobertos de líquens dourados ou duma prata esverdeada, formando desenhos e combinações de cores que lembram telas de pintores abstracionistas. E também as suas incontáveis (o nosso estatístico protestaria com boa razão contra a palavra “incontável”, pois todo objeto pode ser contado) meióguas de fachada caiada, janelas e portas com ombreiras de madeira cinzenta meio roídas de cupim. E as ruas, os becos, todos calçados de pedra-ferro irregular e com nomes saborosos (os antigos, pois os modernos são de pessoas) como Beco das Almas, Travessa do Contrabando, Rua do Salso, Rua das Camélias, Largo do Jasmim, etc... Como toda cidade pequena que se preza, Antares tem a sua Rua do Comércio e a sua Voluntários da Pátria. E duas praças, uma delas a “enteada” da família, a gata borralheira, fica na extremidade norte, é mal cuidada, cercada de casas velhas e baixas, o chão de terra entregue às formigas, às urtigas e às guaxumas. Mas a outra, a da República, a filha dileta da comunidade – com lagos artificiais, belas árvores. (VERISSIMO, 1995, p. 104)

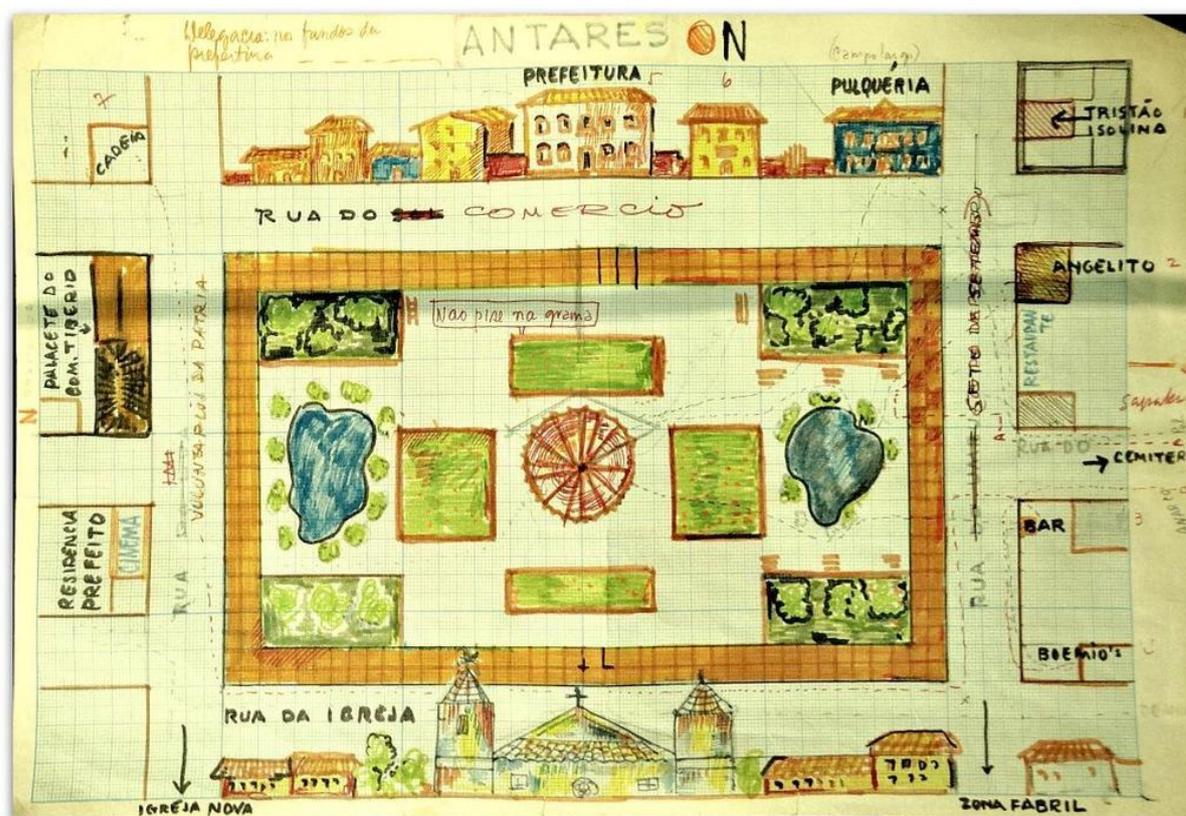


Figura 2: Esboço do centro da cidade de Antares, desenhado pelo próprio autor.
Fonte: <https://docplayer.com.br/47711513-Incidente-em-antares-erico-verissimo.html>

A segunda parte do romance é intitulada “O Incidente” e narra, satiricamente, a ressurreição de sete mortos. Nesse trecho, a temática política é abordada de maneira aberta e direta.

Ganha destaque a figura de Tibério Vacariano. O coronel é representado como a autoridade política suprema, sendo o eixo articulador da elite corrupta da cidade. Ele é envolvido de forma direta ou indireta em todas as fraudes da narrativa. Em certo trecho da trama, a personagem é acusada pelo advogado Cícero Branco, de ser “imperador de Antares, [...] capaz de matar e até de arriscar-se a morrer para defender suas propriedades” (VERISSIMO, 1995, p.247). Além do nome, a personalidade de Tibério faz referência ao ganancioso imperador romano Tibério, cuja reputação alude ao terror de seu regime. No decorrer da trama, rivais e aliados interagem na dança política, aliando-se ou afastando-se, conforme a ocasião, promovendo de forma ilícita seus candidatos durante as eleições. Esse cenário não é inerente ao contexto de produção da obra.

A segunda personagem destacada é o padre Pedro-Paulo, jovem e idealista, que enfrenta os poderosos da cidade. Pedro-Paulo é a voz que o narrador pretende levar ao leitor. O padre representa o setor progressista da Igreja Católica, e é apresentado na trama pelo seu interesse pela justiça social e pela causa dos oprimidos, sendo abertamente defensor da causa operária na Greve Geral. Pedro-Paulo é considerado pela elite conservadora da cidade como comunista sendo referido pela alcunha de Padre Vermelho. Um dos diálogos marcantes que a personagem protagoniza é uma visita com estudantes à favela Babilônia:

– O senhor vai ser o nosso Virgílio [...] Vamos entrar no Inferno.
 O Pe. Pedro Paulo sorriu com tristeza:
 – Só que – murmurou – modéstia à parte, o inferno que vocês agora vão ver é pior, muito pior que o de Dante.”
 (VERISSIMO, 1995, p.316)

Outra figura de importância na história é Cícero Branco, uma personagem ambígua. Em vida, atuou como um advogado corrupto da prefeitura, cúmplice dos líderes da oligarquia de Antares, no entanto, após a morte, passou por uma transformação de caráter, sendo condizente a causa dos oprimidos passou a denunciar a corrupção dos seus antigos aliados em praça pública. Conforme Hambrecht (2020, p.94), “[...] o nome Cícero refere-se ao advogado romano mais famoso da antiguidade que também se destacou como político, escritor, orador e filósofo, enquanto o sobrenome Branco representa a pureza moral e ética”. Mudança que é percebida em um diálogo com João Paz:

Não pense, Joãozinho, que eu tenha ficado insensível ao que eles fizeram a você e ao que têm feito a muitos outros. Quando um homem como eu se mete com gente da laia do Vivaldino e do Tibério, fica tão enredado, tão comprometido, que o remédio é continuar, senão está perdido. Eu não queria saber do que se passava na delegacia

do Inocência. A princípio costumava ter um peso na consciência, dormia mal, me recriminava, prometia a mim mesmo romper com a camarilha. Mas o dinheiro, que para alguns cheira mal, pra mim tem um perfume paradisíaco. O dinheiro e o sucesso. E a boa vida (VERÍSSIMO, 1995, p. 173).

A trama principal se passa em 1963, e mostra o cotidiano da oligarquia local, representada pelas famílias tradicionais da cidade, os Campolargo e os Vacariano, e seus investimentos para manter seus privilégios ao passo que novas ideologias progressistas se manifestam no cenário político, principalmente na classe operária de Antares.

Quando uma greve geral afeta a cidade de Antares, resultando na paralisação total dos trabalhadores e, portanto, dos coveiros, sete falecidos não podem ser sepultados, e decidem “retornar” para reivindicar seu direito à sepultura. Entre os “mortos-vivos”, encontra-se Quitéria Campolargo, a matriarca da cidade, e Barcelona, o sapateiro anarquista, ambos vítimas de um ataque cardíaco; Cícero Branco, o influente advogado, morto devido a um AVC; Pudim de Cachaça, bêbado que foi envenenado pela esposa; Menandro Olinda, pianista, que uma forte depressão o impulsionou a suicidar-se; Erotildes, prostituta, vítima de tuberculose e da negligência do hospital; e João Paz, militante comunista, torturado e morto pelas mãos dos policiais locais (Muller, 2021).

Os sete falecidos se encontram numa sexta-feira, no dia 13 de dezembro, no coreto da cidade, a fim de delatar todas as atrocidades que tinham conhecimento, incluindo fraudes e corrupções cometidas pelas autoridades da cidade. Como era de se esperar, essa ação gera um tumulto na cidade que é relatado durante o segundo capítulo.

Após o sepultamento dos mortos, as autoridades e a elite local deram início a uma Operação Borracha, que tinha o intuito de apagar as memórias individuais e manipular a memória coletiva da população a respeito do ocorrido, fazendo uma analogia clara às investidas do regime militar no Brasil de controlar e censurar os meios de comunicação, para formar uma memória coletiva “correta” dos anos em que os militares atuaram no regime (Muller, 2021, p.39).

No romance, tanto as personagens, quanto o espaço são fictícios, mas fazem referências a momentos históricos que o escritor vivenciava. A proposta de Veríssimo, é construir um diálogo com a memória histórica, induzindo o leitor a refletir criticamente o seu próprio presente.

3.2 Análise da personagem João Paz em Incidente em Antares

Tenho a impressão de que somos passageiros sem bagagem, que perderam um trem e estão esperando o próximo, que ninguém sabe quando vai passar. Como nossos bilhetes estão em branco, não sabemos qual é o nosso destino.

João Paz

De acordo com Antonio Candido (2014), no romance de Erico Veríssimo é estabelecida uma relação entre o ser real e o ser fictício, materializada na construção da personagem João Paz, no qual a memória e a imaginação se combinam. Fazer a leitura dessa personagem é um ponto chave para a compreensão das aspirações do autor na construção da sua obra. A maneira como essa enxerga e interage com o mundo, bem como com as outras personagens, também reflete as perspectivas do romancista. No romance, podemos observar o grau de realidade de cada personagem principal: Quitéria Campolargo representa a oligarquia rural, Cícero Branco a advocacia que atende aos interesses das classes dominantes, Barcelona a classe operária, Menandro Olinda os artistas, Pudim de Cachaça e Erotides o lumpesinato e João Paz os setores progressistas da sociedade.

Na construção do último, Veríssimo coloca em discussão o extremismo promovido pela ditadura civil-militar. A personagem é apresentada como um personagem secundário, tendo sua história desenvolvida exclusivamente em “O Incidente”, nos capítulos 15 a 83. Sua personalização é feita direta ou indiretamente, tanto pelo narrador quanto pelos próprios personagens do enredo, o advogado Cícero Branco e Padre Pedro-Paulo. João Paz é apresentado como um operário comprometido com a luta em favor da justiça social e da paz. Sua primeira aparição se deu no diálogo entre os mortos no cemitério, quando Cícero Branco apresenta aos demais defuntos a Quitéria Campolargo. Na apresentação do advogado Cícero Branco à dona Quitéria: “Este é o João Paz, jovem inteligente e idealista. Levou muito a sério o sobrenome e tornou-se um pacifista ardoroso” (VERISSIMO, 1995, p.165).

O narrador descreve que seu corpo estava manchado de equimoses, que um de seus olhos estava “fora das órbitas”, que o braço direito todo fraturado e preso ao corpo apenas por um barbante, ilustrando que sua morte foi de forma violenta. Cícero descreve João Paz como um jovem inteligente e idealista que, valorizando o seu sobrenome, tornou-se um pacifista ardoroso, que foi perseguido, preso e espancado pela polícia por ser organizador de um levante contra a presença dos Estados Unidos na tentativa de invasão de Cuba. Quitéria questiona a causa da morte do rapaz, Cícero afirma que foi decorrente de uma embolia pulmonar em um dos hospitais locais. João reclama: “Mentira! Fui

torturado e assassinado na cadeia municipal pelos carrascos do delegado Inocêncio Pigarço!” (VERISSIMO, 1995, p. 165).

De cara, fica evidente o papel dado ao personagem no enredo: denunciar o caráter autoritário e truculento do Estado militar, na perseguição, censura, tortura e assassinato de seus opositores, formada em grande maioria por jovens estudantes e operários. A denúncia é construída no decorrer da história pelo narrador e na relação entre as personagens, como o Padre Pedro-Paulo e Rita Paz, companheira de João. Nas anotações do seu diário, Pedro-Paulo relata que o rapaz “manquejava, que seu corpo não tinha sombra e sua cara estava horrivelmente desfigurada” (VERISSIMO, 1995, p. 204).

No decorrer do capítulo 30, por meio da apresentação do diário de Pedro-Paulo, nos é revelado os objetivos do jovem militante. Diferente dos outros cadáveres, a motivação de João Paz para aderir à manifestação dos mortos-vivos, não era assegurar o seu enterro, mas sim rever sua companheira grávida, certificando sua segurança e a de seu filho. Por isso, Joãozinho procura a ajuda do padre. No primeiro diálogo entre eles, fica nítido as preocupações de João Paz:

- Fale, Joãozinho. Que é que você quer de mim?
- Fui assassinado, você sabe... Estou preocupado com o destino de minha mulher e do nosso filho, que ela tem no ventre.
- Eu já não sentia mais o corpo. Quis dizer alguma coisa, mas não consegui, pois era como se a língua me tivesse inchado dentro da boca.
- Sabe onde está a Ritinha?
- Em casa – respondi com voz espessa, articulando mal as palavras. – Visitei-a ontem.
- Como está ela?
- Desesperada. Sentindo falta de você.
- É verdade que ela foi presa e interrogada brutalmente pela polícia?
- Baixei a cabeça, olhei para a minha própria sombra, com uma súbita vergonha de pertencer à espécie humana.
- Desgraçadamente é verdade.
- Foi torturada?
- Senti uma tontura e a impressão de que ia cair. Fiz um esforço, mantive o equilíbrio e respondi:
- Perguntei isso à própria Ritinha, mas ela declarou que preferia não falar no assunto. Respeitei o desejo dela.
- A criança ainda está viva?
- Está. Ela se move. O médico afirma que o filho de vocês vai nascer dentro de menos de dois meses (VERISSIMO, 1995, p. 204).

Rita Paz, viúva de João e grávida de seu filho, é retratada na narrativa como companheira de luta, sendo perseguida e ameaçada pela polícia local por ser considerada integrante de um suposto grupo de militantes de esquerda. Ao confirmar que sua companheira e o filho estão vivos, João suplica ao padre que a procure para esclarecer a sua condição de “morto-vivo” e seu desejo de visitá-la. Além

disso, João pede ao padre que ajude Ritinha a fugir do delegado Pigarço e da polícia de Antares, temendo que esses a prendam novamente. O plano seria que Paulo a direcionasse a Luís Romero, um companheiro de luta, e que esse a levasse a Argentina em seu barco, Querência. Ainda, “[...] do outro lado temos companheiros que lhe arranjarão todos os papéis de identidade necessários. Pode me fazer mais esse imenso favor?” (VERISSIMO, 1995, p. 205).

Nesse excerto, Veríssimo traz uma referência à realidade que vivenciavam. A repressão e as perseguições políticas obrigaram muitas pessoas a buscar o exílio, clandestino ou não, em outros países da América do Sul. Por meio do diário, descobrimos que Pedro-Paulo atendeu ao pedido de João e visitou sua companheira, Ritinha.

No capítulo 31 o narrador nos apresenta esse encontro. Rita Paz sentada na sala de seu apartamento, vislumbra uma figura indistinta em manchas arroxeadas e esverdeadas, que se aproximava e recuava, parecendo mover-se ao ritmo do “latejar de seu sangue”, quando seu companheiro se revela (VERISSIMO, 1995, p. 206).

Na pequena sala de seu apartamento Rita Paz espera o marido. Na tarde anterior o médico lhe deu barbitúricos para que ela pudesse dormir. Deitou-se completamente vestida como estava. Ao amanhecer daquela sexta-feira, despertou dum sono ininterrupto de quinze horas, espesso e sem sonhos. Ergue-se da cama estonteada, a memória bloqueada, e veio abrir a janela da sala. A luz do sol feriu-lhe os olhos, penetrou-lhe o cérebro doendo como cem agulhas lancinantes de fogo. Ela tornou a fechar, às cegas, as venezianas e atirou-se naquela poltrona, cerrou os olhos e ficou vendo contra as pálpebras umas manchas que avançavam e recuavam, umas arroxeadas, outras dum verde de fel: e pareciam mover-se ao ritmo do latejar de seu sangue” (VERISSIMO, 1995, p.206).

João encosta suas mãos na barriga de Ritinha, sentindo seu filho mexer-se. Logo em seguida, a instrui a encontrar o Padre naquele dia, por volta das dez da noite, para dar seguimento ao plano de fuga. João ressalta sua preocupação com a segurança dela e de seu filho e garante que seus companheiros irão protegê-los. Antes de João despedir-se, Rita pede para que ele fique pois ela precisava confessar tudo o que aconteceu com ela no dia em que foi capturado.

– Na manhã em que te prenderam... eles me levaram também, me atiraram dentro dum quarto sem janelas... completamente escuro... e lá me deixaram um dia inteiro, uma noite inteira... Depois me arrastaram para outra sala, me fizeram sentar numa cadeira... acho que eram muitos homens, eu não podia enxergar direito por causa daquela luz forte nos meus olhos... Queriam saber os nomes dos “outros dez” de que tu (eles diziam) eras o chefe... Respondi que não sabia.

– Disseste a verdade.

– Mas eles não acreditaram. Repetiram a pergunta. Jurei por Deus que não sabia. E então aqueles animais ameaçaram de me torturar... enfiar agulhas debaixo das minhas

unhas... Um deles chegou a dizer que, se eu não falasse, eles me entregariam nua aos soldados da guarda... Por fim um outro gritou: “Se você não confessar nós vamos pisar nessa tua barriga, cadelinha, e matar o teu filho...” E então... eu... eu confessei! (VERISSIMO, 1995, p. 209).

Rita refere-se a si mesma como traidora e covarde. Seu temor pela vida de seu filho, devido ao terror psicológico provocado pelos agentes do Estado, a fez denunciar nomes de companheiros de luta, sem ao menos estarem ligados ao fato. João rebate:

- Não penses mais nisso. Eu teria feito o mesmo, no teu lugar.
- Não! Não! Tu não disseste nada, e por isso eles te torturaram e te mataram.
- Não deves imaginar que não tive medo. Não sou nenhum herói. Se não me tivessem assassinado, eu talvez no fim tivesse feito o mesmo que tu... Esquece tudo! Pensa apenas no nosso filho. Agora só isso importa (VERISSIMO, 1995, p. 209).

Esse diálogo mostra a realidade de muitas mulheres de luta daquela época. As torturas físicas, psicológicas e sexuais eram infligidas às grávidas, a crianças e adolescentes pelo regime civil-militar. Além disso, Veríssimo estabelece outra relação ao contexto da década de 1960, referenciando uma organização armada denominada Grupo dos Onze²³, de que João Paz supostamente faria parte.

Podemos conhecer mais sobre a morte de João Paz pelos relatos do padre Pedro-Paulo, no decorrer do capítulo 37. Flagrado com o morto-vivo, o padre é chamado à prefeitura para depor. No encontro estavam presentes o juiz de Direito, o vigário, o coronel, o promotor público, os presidentes das associações comerciais e dos clubes locais, os médicos proprietários dos hospitais da cidade, o jornalista, o professor, e o chefe da polícia. Nesse, Erico Verissimo buscou retratar a conjuntura autoritária do momento enraizado no poderio das classes dominantes. O juiz questiona o padre se João estaria morto, e esse responde que sim. Seguindo, ele relata:

- Deixem-me contar a estória, do princípio. Depois que o João Paz passou dois dias e duas noites na cadeia local, tentei vê-lo, fui à delegacia, mas um funcionário me informou que o Joãozinho tinha fugido da prisão e buscado asilo na Argentina. Horas mais tarde fiquei sabendo que o meu amigo tinha morrido de embolia pulmonar no Hospital Salvator Mundi. Corri para lá e pedi para ver o corpo, porque a última vez que avistei João Paz foi quando os guardas da polícia municipal o prenderam, com vida e, ao que me pareceu, com excelente saúde... [...] O que quero dizer, senhores, é que a polícia me proibiu de ver o cadáver, que já estava fechado no seu caixão quando cheguei à ala dos indigentes do citado hospital... [...] Mas quando esta manhã vi o corpo de João Paz na praça quase não o reconheci, tantas eram as marcas de tortura que ele trazia na cabeça e no resto do corpo.

²³ Os Grupos dos Onze, também conhecidos como Comandos Nacionalistas, foram grupos formados por onze homens em que um deles atuava como líder - em referência à organização de um time de futebol - que começaram a ser organizados por Leonel Brizola em 1963, através de pronunciamentos via rádio, que conclamava o povo a se organizar em defesa da continuidade do governo de João Goulart e das reformas de base (FLORES, 2020, p.45).

O delegado põe-se de pé, brusco, e brada:

– É uma mentira! Eu vi o cadáver desse homem quando o puseram no caixão. Estava exatamente como na hora em que ele foi preso. A morte, como afirma o atestado, foi causada mesmo por uma embolia pulmonar! (VERISSIMO, 1995, p. 221).

Nervoso com o que acabara de ouvir, Inocêncio Pigarço reafirma a versão construída sobre a morte de Joãozinho. Essa cena evidencia outro aspecto recorrente nesse período: os artificios utilizados pelos órgãos de repressão para acobertar seus crimes, bem como a rede de apoio do regime, como os médicos que forneciam falsos atestados de óbito, que não eram questionados, uma vez que, se não eram ocultados, os corpos eram entregues às famílias em caixões lacrados.

A exposição do caso de João Paz ao povo de Antares é narrada nos capítulos 57 e 58. Durante o julgamento dos mortos, no coreto, o advogado Cícero relata a sua perspectiva sobre as circunstâncias da morte de Joãozinho. Essa personagem é considerada como a testemunha mais importante do caso. A sua prisão se deu pelo pretexto “de estar treinando secretamente [...] um bando de dez guerrilheiros esquerdistas do qual ele era supostamente o chefe”, por isso foi levado para ao porão da delegacia, “onde lhe infligiram os interrogatórios mais brutais” (VERISSIMO, 1995, p. 256-258). O advogado ressalta que a violência física que aplicavam em João se deu por meio de socos e pontapés no rosto, na boca do estômago e nos testículos e pauladas por todo o corpo, quebrando um de seus braços. Em seguida:

– Na fase requintada do interrogatório enfiam-lhe um fio de cobre na uretra e outro no ânus e aplicam-lhe choques elétricos. Quando João desmaia de dor, metem-lhe a cabeça num balde d’água gelada e, uma hora depois, quando ele está de novo em condições de entender o que lhe dizem e de falar, os choques elétricos são repetidos. Boquinha de Ouro, o especialista nestas torturas elétricas, cometeu um erro, aplicou no prisioneiro uma descarga forte demais e o coração do moço parou (VERISSIMO, 1995, p. 257).

Cícero Branco afirma então que um médico, denominado Lázaro, foi chamado às pressas para reavivar o prisioneiro e, quando falham, elaboram uma simulação para ocultar o crime. Nas palavras de Cícero:

– A encenação é feita. Vem até à delegacia uma ambulância do Salvator Mundi, o prisioneiro é devidamente vestido como estava quando entrou na prisão. Aos que o transportam na padiola e ao pessoal da portaria do hospital o doutor Lázaro explica que o corpo daquele “indigente” foi encontrado por guardas caído numa sarjeta. Menos de duas horas depois o cadáver está dentro dum caixão fechado e o nosso Hipócrates assina um atestado de óbito dando como causa mortis uma embolia pulmonar (VERISSIMO, 1995, p. 257).

Esse foi o fim que João Paz e muitos outros manifestantes tiveram nesse período. Quanto a Ritinha, é revelado no capítulo 80, sua fuga para a Argentina. O casal tem grande importância na trama. A história do casal, a tortura, a fuga, o exílio de Rita e a morte de João faz referência aos jovens militantes que foram perseguidos pela Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Rita na proa, sentada de costas para o país onde ia entrar clandestinamente, olhava para Antares que ia ficando cada vez mais recuada. Devia estar pensando na estranheza de tudo aquilo. O marido morto sentado no coreto da praça. O filho de ambos aninhado em seu ventre. O grande rio, o grande céu, o grande mistério da vida e da morte. [...] Ocorreu-me um símile que o Pe. Gerônimo acharia profano: a fuga da Virgem Maria com o Menino para o Egito. Do outro lado do rio piscavam as luzes da vila do Farolito. (VERISSIMO, 1995, p.303)

Quando João soube que “a Virgem e o Menino” já estavam no Egito, seu rosto iluminou-se. (VERISSIMO, 1995, p. 308). Logo, a personagem Rita Paz e seu filho refletem a esperança. Salvos pelo sacrifício do pai morto, simbolizam as gerações futuras que poderão desfrutar da liberdade e construir um mundo melhor. “A vida e a liberdade do filho é contraposta à tortura e ao horror vivenciado pelo pai, nesse seguimento, o futuro nascimento de uma criança reestabelece a esperança no devir e proclama a continuação da vida humana e da história em um ciclo ininterrupto” (HAMBRECHT, 2020, p.101). A ficção é o espelho da realidade.

CONSIDERAÇÕES

O contexto que antecedeu e precedeu a publicação do romance de Erico Verissimo, *Incidente em Antares* (1971), foi marcado por fortes investimentos realizados pelo governo militar no controle e na censura prévia às publicações - como músicas, livros, revistas e periódicos - no país. Tal gestão se classificou em duas frentes, uma relacionada aos veículos de comunicação e à imprensa e a outra ao entretenimento, que inclui as artes no geral. O decreto 1077 de janeiro de 1970, tinha como objetivo regulamentar as publicações que ferissem a “moralidade e os bons costumes” dos brasileiros e era realizado pelos departamentos subordinados ao regime, como o DOPS e Doi-Codi.

Erico, como tantos outros artistas brasileiros, definia-se como humanista, sempre se posicionando, em suas obras e falas públicas, em defesa da liberdade de expressão, colocando-se contra qualquer tipo de regime totalitário, ligados à esquerda ou à direita. *Incidente em Antares* é uma síntese da vida e obra de Erico Verissimo, e sua preocupação com a crítica social contra as desigualdades, a violência e o autoritarismo das classes dominantes.

Utilizando do Realismo Fantástico e a alegoria, bem como do uso estratégico dos diálogos entre as personagens, manifestou seus ideais e fez denúncias ao autoritarismo, expondo a censura, a perseguição, a tortura, o exílio, e as mortes que eram infligidas àqueles que eram considerados subversivos ao regime. Considerando o cenário político e o contexto de cerceamento das narrativas, seu papel foi fundamental para expor o lado sombrio do estado dos militares. *Incidente em Antares* faz isso com maestria. A construção do romance, utilizando pseudônimos e metáforas, narra a realidade que a sociedade, principalmente a marginalizada pelo Estado, sofria da classe dominante e setores da sociedade civil, para acobertar as violações de direitos humanos.

Desse modo, a intenção da narrativa em ressuscitar os sete mortos é dar vozes aos oprimidos e denunciar a corrupção dos opressores. A figura dos mortos-vivos mostra a quebra da hierarquia social, afinal eles estavam livres de qualquer punição.

Em síntese podemos considerar que o realismo fantástico, utilizado principalmente na segunda parte do romance, representa as atrocidades ocorridas no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar, sobretudo, a partir da personagem João Paz. Assim, a personagem simboliza os indivíduos que foram perseguidos, torturados e assassinados pelos agentes do Estado, como das camadas mais abastadas, que eram condizentes com a barbárie.

A leitura integral de romances históricos influi a sociedade reflexões acerca da sua realidade, tornando-a mais crítica. A literatura, bem como as demais ferramentas utilizadas pelos pesquisadores

da história nacional, pode contextualizar fatos históricos, possibilitando o conhecimento da história. A atemporalidade da obra, possibilita que possamos tomar como referência a nossa realidade e permite retomarmos, a partir do romance de Erico Verissimo, os períodos obscuros da história do nosso país.

REFERÊNCIAS

- ANTONIOLLI, G. B. **Censura e Imprensa na Ditadura Militar Brasileira: O Golpe de Estado Chileno pelas páginas do Correio do Povo e Zero Hora (Setembro de 1973)**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28503/000770664.pdf>
- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- ARNS, D. P. E. **Brasil Nunca Mais**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BARROS, E. L. de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991.
- BORGES, V. R. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Revista de Teoria da História Ano 1, n. 3. Goiás, 2010. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/hist%C3%B3ria-e-literatura-algumas-considera%C3%A7%C3%B5es>
- BORGES, A. F. D. **Pra falar das flores: O uso político da música durante a ditadura militar**. Monografia (Ciência política) Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20226/1/2017_AtilaFauziDutraBorges_tcc.pdf
- CANDIDO, A. **A nova narrativa**. In: A educação pela noite e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 8 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CANDIDO, A. *A personagem do romance*. In: CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- CAROCHA, M. L. **A censura musical durante o Regime Militar (1964-1985)**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 44, p. 189-211, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7940>
- CHIAVENATO, J. J. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.
- DELGADO, L. de A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>.
- FERNANDES, N. A. M. **A política cultural à época da ditadura militar**. Contemporânea, v. 3, n. 1 p. 173-192 Jan.–Jun. 2013. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/124>
- FLORES, A. L. M. **“Num país totalitário este livro seria proibido”**: considerações sobre a censura aos livros na ditadura civil-militar a partir do caso de Incidente em Antares, de Erico

Verissimo (1971). Monografia (Bacharelado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216816/001120836.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GINZBURG, J. *A ditadura militar e a literatura brasileira: tragicidade, sinistro e impasse*. In: OLINTO, Heidrun K.; SCHOLLHAMMER, Karl E. (Org.). **Literatura e crítica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 199-210.

GOMES, A. P. **Algumas representações históricas no romance Incidente em Antares**.

Monografia (especialização em Literatura brasileira). Pós-graduação em Literatura brasileira e História Nacional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/19707/2/CT_LBHN_VIII_2013_01.pdf

GOULART, J. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Org. de Wanielle Brito Marcelino. Brasília: Funag, 2009. Disponível: https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf

HAMBRECHT, F. L. **A alegoria fantástica da ditadura militar em Incidente em Antares: o levante dos mortos no romance de Erico Verissimo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216373/PLIT0848-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

LUNGUINHO, M. **As marcas da Ditadura Militar brasileira no romance Stella Manhattan**.

Monografia (Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa). Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2019. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/11892>

MASSOTTI, J. P.; PORTO, L. T. **Uma historiografia inconsciente da Ditadura Militar**

brasileira: tortura, silêncio e repressão em contos de abreu e noll Revista Língua & Literatura, v. 18, n. 32, p. 23 - 39, dez. 2016.

MOTTA, R. P. Sá. **As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária/** Rodrigo Patto Sá Motta. 1º ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, c. e. **“MAS ISSO É LITERATURA E NÃO SOCIOLOGIA!”: Estudo sobre os usos da literatura como fonte de compreensão histórica no romance Incidente em Antares de Erico Verissimo**. Monografia (Bacharelado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225723>

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. In: Marcos Napolitano (Org.). São Paulo, SP: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, M. **A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica**.

Temáticas, Campinas, 19(37/38): 25-56, jan./dez. 2011 Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13670>

NATIVIDADE, M. M. **A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em:

https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300587321_ARQUIVO_TextoANPUH2011Melissa.pdf

PERLATTO, F. **História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 30, n62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/69138/70165>

SALES, J. R. **A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil**.

Tempo, vol.14, n.27, pp.199-217, Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/gxgVV5KpN4Tq74rDJsQ4cJB/?lang=pt&format=pdf>

SANDER, P. C. **As reformas do estado brasileiro no período populista (1946-1964): uma análise a partir de Celso Furtado**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

Disponível: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia300236.PDF>

SANTIAGO, S. **Stella Manhattan: romance**. 1. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, F. A. R. **Diretas já: o movimento social que marcou o Brasil nos anos 80**. Faculdade do Médio Parnaíba, s/d. Disponível em: <https://www.famep.com.br/novo/famep/producao-cientifica/graduacao/bacharelado-em-servico-social/5-diretas-ja---o-movimento-social-que-marcou-o-brasil-nos-anos-80.pdf>

SANTOS, J. de S. **A Repressão ao Movimento Estudantil na Ditadura Militar**. Aurora ano III número 5 – dezembro de 2009. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>

SILVA, I. M. da. **Literatura e ditadura: a construção de uma imagem de repressão e resistência**.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem. Natal, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25766>

SILVA, R. H. “**GOLPE CIVIL-MILITAR**: apoio de estudantes, mulheres e imprensa”. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal da Paraíba –UFPB. João Pessoa, 2019.

SMITH, A. M. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 41.

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010. Trad. Caio Meira.

VERISSIMO, E. **Um certo Henrique Bertaso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VERÍSSIMO, E. **Incidente em Antares** – 45^a ed. - São Paulo: Globo, 1995.

Disponível: https://kbook.com.br/wp-content/files_mf/erico_incidente_em_antares.pdf

VIANNA, S. B. In: ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana. 13.ed. RJ: Campus, 1990.